Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	
Demonstração do Valor Adicionado	
Comentário do Desempenho	
Notas Explicativas	20
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	6.988.146.121	
Preferenciais	6.988.146.121	
Total	13.976.292.242	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.363.388	1.390.797
1.01	Ativo Circulante	124.091	129.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.080	59.161
1.01.03	Contas a Receber	61.390	61.962
1.01.03.01	Clientes	61.390	61.962
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	60.019	5.416
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	1.371	56.546
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.798	2.366
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.226	2.419
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.597	4.091
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.597	4.091
1.01.08.01.01	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros Créditos	300	794
1.02	Ativo Não Circulante	1.239.297	1.260.798
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	214.937	190.874
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	127	122
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	178.316	162.351
1.02.01.07.01	Despesa Antecipada Outorga Fixa	161.007	142.569
1.02.01.07.02	Pagamentos Antecipados relacionados à Concessão	17.309	19.782
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.388	1.135
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	35.106	27.266
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.360	1.042
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	20	0
1.02.01.09.05	Outros Créditos	60	61
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	33.666	26.163
1.02.03	Imobilizado	52.631	61.641
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.216	55.773
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.415	5.868
1.02.04	Intangível	971.729	1.008.283

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	, Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.363.388	1.390.797
2.01	Passivo Circulante	405.865	457.189
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.902	9.326
2.01.01.01	Obrigações Sociais	918	1.181
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.984	8.145
2.01.02	Fornecedores	17.317	23.197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.254	22.978
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63	219
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.918	60.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.468	56.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	40.338	50.160
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.130	6.044
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.450	4.713
2.01.03.03.01	Impostos e Contribuições a Recolher	4.450	4.713
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	267.595	309.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.806	3.838
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	97	117
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.709	3.721
2.01.04.02	Debêntures	259.789	305.295
2.01.05	Outras Obrigações	55.077	45.527
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.103	3.160
2.01.05.02	Outros	48.974	42.367
	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.125
	Obrigações com Poder Concedente	1.253	1.281
	Outras Obrigações	8.304	6.418
	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	39.417	24.543
2.01.06	Provisões	7.056	9.089
2.01.06.02	Outras Provisões	7.056	9.089
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	7.056	9.089
2.02	Passivo Não Circulante	581.458	566.977
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	409.698	440.443
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	242.118	111.348
	Em Moeda Nacional	0	68
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	242.118	111.280
2.02.01.02	Debêntures	167.580	329.095
2.02.02	Outras Obrigações	76.387	41.738
2.02.02.02	Outros	76.387	41.738
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
	Outras Obrigações	157	392
	Mútuos - Partes Relacionadas	39.622	39.622
2.02.02.02.07	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	34.884	0
2.02.03	Tributos Diferidos	40.961	47.490
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.961	47.490
2.02.04	Provisões	54.412	37.306
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.496	2.233
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	5.496	2.233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02	Outras Provisões	48.916	35.073
2.02.04.02.0	4 Provisão de Manutenção	48.916	35.073
2.03	Patrimônio Líquido	376.065	366.631
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	224.226
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	68.557
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	127.681
2.03.05	Lucros/Preiuízos Acumulados	205.672	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	245.053	708.613	256.821	715.566
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.077	-267.145	-95.981	-262.057
3.02.01	Custo de Construção	-8.588	-36.244	-21.546	-44.962
3.02.02	Provisão de Manutenção	-6.352	-18.085	-4.641	-13.215
3.02.03	Depreciação e Amortização	-31.270	-91.245	-23.723	-69.074
3.02.04	Custo da Outorga	-15.095	-43.779	-14.624	-42.502
3.02.05	Serviços	-16.388	-37.798	-15.550	-46.779
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.349	-27.877	-9.603	-28.506
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.145	-6.417	-2.675	-6.511
3.02.09	Outros	-1.890	-5.700	-3.619	-10.508
3.03	Resultado Bruto	153.976	441.468	160.840	453.509
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.509	-42.432	-17.984	-52.358
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.848	-43.591	-17.946	-52.678
3.04.02.01	Serviços	-6.765	-19.522	-7.668	-20.970
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-745	-2.246	-4.526	-13.371
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.713	-10.969	-4.088	-12.104
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-144	-499	-179	-505
3.04.02.05	Outros	-4.481	-10.355	-1.485	-5.728
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	396	1.276	16	518
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-57	-117	-54	-198
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.467	399.036	142.856	401.151
3.06	Resultado Financeiro	-25.217	-88.186	-23.972	-71.123
3.06.01	Receitas Financeiras	14.940	120.839	16.428	41.146
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.157	-209.025	-40.400	-112.269
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	113.250	310.850	118.884	330.028
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.439	-105.178	-40.072	-111.044
3.08.01	Corrente	-20.848	-111.707	-41.024	-112.544
3.08.02	Diferido	-17.591	6.529	952	1.500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.811	205.672	78.812	218.984
Lucro/Prejuízo do Período	74.811	205.672	78.812	218.984
Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
Lucro Básico por Ação				
ON	0,00510	0,01402	0,00537	0,01492
PN	0,00561	0,01542	0,00591	0,01641
Lucro Diluído por Ação				
ON	0,00510	0,01402	0,00537	0,01492
PN	0,00561	0,01542	0,00591	0,01641
	Resultado Líquido das Operações Continuadas Lucro/Prejuízo do Período Lucro por Ação - (Reais / Ação) Lucro Básico por Ação ON PN Lucro Diluído por Ação ON	01/07/2016 à 30/09/2016 Resultado Líquido das Operações Continuadas 74.811 Lucro/Prejuízo do Período 74.811 Lucro por Ação - (Reais / Ação) - (Reais / Ação) Lucro Básico por Ação 0,00510 PN 0,00561 Lucro Diluído por Ação 0,00510	Resultado Líquido das Operações Continuadas 74.811 205.672 Lucro/Prejuízo do Período 74.811 205.672 Lucro por Ação - (Reais / Ação) V V Lucro Básico por Ação 0,00510 0,01402 PN 0,00561 0,01542 Lucro Diluído por Ação 0,00510 0,01402	Resultado Líquido das Operações Continuadas 74.811 205.672 78.812 Lucro/Prejuízo do Período 74.811 205.672 78.812 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 74.811 205.672 78.812 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 8.90 8.90 8.90 Lucro Básico por Ação 9.00510 9.01402 9.00537 PN 9.00561 9.00542 9.00591 Lucro Diluído por Ação 9.00510 9.01402 9.00531 ON 9.00510 9.00510 9.01402 9.00537

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	74.811	205.672	78.812	218.984
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.811	205.672	78.812	218.984

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	358.149	351.628
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	414.053	395.723
6.01.01.01	Lucro líquido do período	205.672	218.984
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.529	-1.500
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	2.473	2.473
6.01.01.04	Depreciação e amortização	81.625	71.302
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	119	217
6.01.01.06	Amortização direito concessão aquisição negócios	11.866	11.143
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	64.482	85.770
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdênciárias	4.353	825
6.01.01.09	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-42	74
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	18.085	13.215
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.164	2.563
6.01.01.13	Capitalização de custos de empréstimos	-6.907	-8.873
6.01.01.14	Variação Cambial sobre empréstimos e financiamento	-54.505	0
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos e valor justo com debêntures (fair value option)	84.917	-4.393
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	4.280	3.923
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-55.904	-44.095
6.01.02.01	Contas a receber	-54.561	-2.145
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	54.922	-9.317
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-13.452	4.784
6.01.02.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-18.438	-16.694
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	1.370	-878
6.01.02.07	Fornecedores	-5.880	-615
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	1.464	62
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	576	669
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para impostos de renda e contribuição social	137.877	108.462
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-149.876	-120.066
6.01.02.12	Realização da provisão de manutenção	-10.439	-5.632
6.01.02.13	Obrigações com poder concedente	-28	-2.238
6.01.02.16	Outras contas a pagar	1.651	439
6.01.02.17	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.090	-926
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.139	-48.360
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-5.015	-6.729
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-36.124	-41.631
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-334.091	-357.606
6.03.01	Resgates/Aplicações (conta reserva)	-5	-6
6.03.02	Financiamentos e debêntures (pagamentos de principal)	-219.443	-211.761
6.03.03	Financiamentos e debêntures (pagamento de juros)	-56.958	-82.304
6.03.05	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	-206.363	-52.815
6.03.06	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	184.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-32.521	-8.283
6.03.09	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos	-2.801	-2.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.081	-54.338
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.161	93.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.080	38.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.672	0	205.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	205.672	0	205.672
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	205.672	0	376.065

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.984	0	218.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.984	0	218.984
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	44.685	218.984	0	406.074

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	778.799	787.848
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	763.320	770.583
7.01.02	Outras Receitas	15.479	17.265
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-132.421	-147.712
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.855	-62.440
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.237	-27.095
7.02.04	Outros	-54.329	-58.177
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-18.085	-13.215
7.02.04.02	Custo de Construção	-36.244	-44.962
7.03	Valor Adicionado Bruto	646.378	640.136
7.04	Retenções	-93.491	-82.445
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.491	-82.445
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	552.887	557.691
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	120.839	41.146
7.06.02	Receitas Financeiras	120.839	41.146
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	673.726	598.837
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	673.726	598.837
7.08.01	Pessoal	34.561	35.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.410	24.471
7.08.01.02	Benefícios	9.245	9.140
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.278	1.373
7.08.01.04	Outros	628	780
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	174.462	179.817
7.08.02.01	Federais	137.518	142.925
7.08.02.02	Estaduais	140	206
7.08.02.03	Municipais	36.804	36.686
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	259.031	164.272
7.08.03.01	Juros	214.351	120.829
7.08.03.02	Aluguéis	901	941
7.08.03.03	Outras	43.779	42.502
7.08.03.03.01	Outorga	43.779	42.502
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	205.672	218.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	205.672	218.984

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T15.

Principais Destaques

- ➤ A Receita líquida operacional alcançou R\$ 236,5 milhões (+0,5%);
- ➤ O Lucro líquido atingiu R\$ 74,8 milhões (-5,1%);
- ➤ O EBIT ajustado atingiu R\$ 145,5 milhões (-1,9%);
- ➤ O EBITDA ajustado atingiu R\$ 177,5 milhões (0,5%).

Indicadores [R\$ MM]	3°T16	3°T15	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	236,5	235,3	0,5%
EBIT Ajustado	145,5	148,3	-1,9%
Margem EBIT Ajustada	61,5	63,0	-1,5 p.p.
EBITDA Ajustado	177,5	176,6	0,5%
Margem EBITDA Ajustada	75,2	75,1	+ 0,1 p.p.
Lucro Líquido	74,8	78,8	-5,1%

^(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq1

Em unid. ²	3°T16	3°T15	Var.%
Veículos Equivalentes	30.189.559	32.255.706	-6,4%
Veículos Leves (Eq)	17.444.793	17.838.979	-2,2%
Veículos Pesados (Eq)	12.744.766	14.416.727	-11,6%

^{1 -} Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego Consolidado (-6,4%)

No 3T2016 o tráfego consolidado recuou -6,4% comparado ao 3T2015, influenciado pelo efeito calendário de +0,2% devido a mobilidade dos feriados da Revolução Constitucionalista e do Dia da Independência, que em 2015 foram feriados com emenda.

^{2 -} Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Veículos de Passeio (-2,2%)

A movimentação de veículos leves no 3T16 foi -2,2% menor comparada ao 3T15, com efeito calendário de -0,5%. No 3T16 não houve feriado prolongado, diminuindo a movimentação de longa distância. O tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo registra queda na comparação com 2015.

Veículos Comerciais (-11,6%)

O 3T16 registrou recuo de -11,6% na movimentação de veículos pesados, com efeito calendário de +1,0%. Este resultado foi impactado pela retração na produção industrial brasileira.

Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	3°T16	3°T15	Var.%
Receita de pedágio	255.127	254.080	0,4%
Receitas acessórias	3.633	3.400	6,9%
Receita bruta operacional	258.760	257.480	0,5%
Receita bruta de construção [R\$ mil]	3°T16	3°T15	Var.%
Total	8.588	21.546	-60,1%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas foram: Rodovia Raposo Tavares – SP 270, duplicação km 63+000 ao km 67+000. Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280, intervenções entre os km 33

ao km 79+380 referentes a recuperação do pavimento flexível. Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (Castelinho) – SP 075, intervenções entre os km 0 ao km 15 referentes a recuperação do pavimento flexível.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 3T16 teve um crescimento de 0,5% em relação ao 3T15, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 01 de julho de 2016.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65%.

Custos e Despesas Totais

Custos e Despesas [R\$ mil]	3°T16	3°T15	Var.%
Custo de Construção	8.588	21.546	-60,1%
Provisão de Manutenção	6.352	4.641	36,9%
Depreciação e Amortização	32.015	28.249	13,3%
Custos da Outorga	15.095	14.624	3,2%
Serviços de Terceiros	23.153	23.218	-0,3%
Custo com pessoal	13.062	13.691	-4,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.289	2.854	-19,8%
Outros	6.032	5.142	17,3%
Custos e Despesas Totais	106.586	113.965	-6,5%

O custo total da concessionária diminuiu R\$ 7.379 milhões no 3T16, quando comparado ao mesmo período de 2015. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: A diminuição de 60,1% no 3T16, comparado com o 3T15, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Rodovia Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 36,9%, em comparação com o 3T15, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: Despesas com prestação de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 3T16 verificou-se uma estabilidade nos custos.

Custos com Pessoal: No 3T16 houve uma redução de R\$ 629 mil em relação ao mesmo período de 2015, em função da reestruturação de pessoal ocorrida no final de 2015.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Os custos do 3T16 foram 19,8% menores em relação ao 3T15, impactados principalmente pelos materiais para manutenção e conservação.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3°T16	3°T15	Var.%
Lucro Líquido	74,8	78,8	-5,1%
(+) IR/CS	38,4	40,1	-4,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,2	24,0	5,0%
(+) Depreciação e Amortização	32,0	28,2	13,48%
EBITDA (a)	170,6	171,1	-0,3%
Margem EBITDA (a)	69,6	66,6	+ 3 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	6,4	4,6	39,13%
EBITDA Ajustado	177,6	176,6	0,6%
Margem EBITDA Ajustada (d)	75,2	75,1	+ 0,1 p.p

⁽a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3°T16	3°T15	Var.%
Lucro Líquido	74,8	78,8	-5,1%
(+) IR/CS	38,4	40,1	-4,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,2	24,0	5,0%
EBIT (a)	138,5	142,9	-3,1%
Margem EBIT (a)	56,5	55,6	+ 0,9 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	6,4	4,6	39,13%
EBIT Ajustado	145,6	148,3	-1,8%
Margem EBIT Ajustada (d)	61,6	63,0	-1,4 p.p.
G (1 1 A 1 1 1 7 G GYD FF0F (0.10			

Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(a)

⁽b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

⁽c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

⁽d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

- (b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.
- (c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras.
- (d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3°T16	3°T15	Var.%
Despesas Financeiras	(40,2)	(40,4)	-0,7%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(39,1)	(41,4)	-5,6%
Taxas, Comissões e Outros	0,5	2,0	-75,0%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(1,5)	(1,0)	50,0%
Receitas Financeiras	14,9	16,4	-9,1%
Rendimento sobre aplicações Financ	1,4	1,9	-26,32%
Outras receitas financeiras	13,5	14,5	-7,0%
Resultado Financeiro	(25,2)	(24,0)	5,0%

O Resultado Financeiro do 3T16 está 5,2% superior ao 3T15, em virtude de menor receita financeira no período.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3°T16	3°T15	Var.%
Total de acidentes	745	879	-15,2%
Total de vítimas	568	581	-2,2%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia. O resultado do 3°T16 apresentou redução de 15,22% na quantidade de acidentes e foi registrado uma redução de 2,2% na quantidade de vítimas, em comparação ao mesmo período de 2015.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Caminhos para a Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequinha: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Rugby Cidadania - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

PÁGINA: 18 de 42

Phototruck - Imagemagica: é um caminhão adaptado para levar oficinas educacionais que utilizam a fotografia como instrumento de percepção, reflexão e comunicação. Alunos de escolas públicas são estimulados a despertar um olhar atento ao seu redor. Após as oficinas, é feita uma exposição na escola com as fotos produzidas. Em agosto realizamos oficina em Osasco, atendendo cerca de 381 crianças.

Cor e Som – Realizado pela ONG Pintura Solidária, o projeto prevê a realização oficinas de pintura com orquestra sinfônica, em Sorocaba e região, como objetivo de promover a circulação da produção cultural e a ampliação a esta forma de expressão. Em Agosto foi realizada apresentação em São Roque atendendo público de 400 pessoas.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

PÁGINA: 19 de 42

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o período corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto o divulgado abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de (ii)a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo Juízo da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 13 de abril de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. As partes apresentaram manifestações sobre o laudo pericial. O processo encontra-se concluso com o juiz. Aos 02 de agosto de 2016, a Concessionária se manifestou em conformidade com a estimativa de honorários periciais

apresentada, uma vez que a avaliação a ser realizada pelo perito se refere à análise dos contratos e da identidade da controvérsia técnica entre as demandas conexas. Decorrido o prazo de manifestação da Fazenda e Artesp, aguarda-se decisão do Magistrado quanto a determinação da perícia.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho 2014 a concessionária propôs Ação de Procedimento Odinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de

declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 1º de novembro de 2016.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 281.774, substancialmente composto por debêntures e empréstimos, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	2.773	2.524
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	39.307	56.637
	42.080	59.161

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,60% do CDI, equivalente a 14,07% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	59.523	4.910
Receitas acessórias (b)	565	617
	60.088	5.527
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(69)	(111)
	60.019	5.416

Idade de vencimento dos títulos

	30/09/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	59.990	5.317
Créditos vencidos até 60 dias	22	84
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	7	15
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	21	44
Créditos vencidos há mais de 180 dias	48	67
	60.088	5.527

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber partes relacionadas;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e

(c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	113.250	310.850	118.884	330.028
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(38.505)	(105.689)	(40.421)	(112.210)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(41)	(117)	(42)	(133)
Despesas indedutíveis	(47)	(317)	(54)	(335)
Incentivo relativo ao imposto de renda	197	1.118	482	1.852
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(40)	(183)	(42)	(150)
Outros ajustes tributários	(3)	10	5	(68)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(38.439)	(105.178)	(40.072)	(111.044)
Impostos correntes	(20.848)	(111.707)	(41.024)	(112.544)
Impostos diferidos	(17.591)	6.529	952	1.500
	(38.439)	(105.178)	(40.072)	(111.044)
Alíquota efetiva de impostos	33,94%	33,84%	33,71%	33,65%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2016	31/12/2015
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	62.205	63.369
Provisão para participação nos resultados (PLR)	751	1.021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.869	759
Custo de transação na emissão de títulos	195	218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53	38
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	22.013	9.668
Perdas em operações com derivativos	29.920	1.396
Outros	1.400	2.770
	118.406	79.239
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(119.721)	(110.221)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(19.839)	(9.152)
Ganho de operações com derivativos	(17.587)	(5.221)
Outros	(2.220)	(2.135)
	(159.367)	(126.729)
Passivo fiscal diferido líquido	(40.961)	(47.490)

20/00/2016

21/12/2015

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)					
	30/09/2016	31/12/2015				
Circulante	3.297	3.297				
	Inícia da car	maa aa ão (1)	Extensão do prazo	do comoccação (2)	То	tal.
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo	da concessão (2)	10	ıaı
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Não Circulante	17.309	19.782	161.007	142.569	178.316	162.351

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações					
	01/07/	/2016 a 30/09	/2016	01/01/2016 a 30/09/2016		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A. (a)	18	2.870	-	18	8.609	-
Outras partes relacionadas						
CGMP	38	-	-	140	-	-
CPC (c)	-	4.757	-	-	12.691	-
Rodoanel Oeste (d) (e)	-	-	1.480	-	-	4.280
Samm (f)	628			1.885		
Total, 30 de Setembro de 2016	684	7.627	1.480	2.043	21.300	4.280
Total, 01 de julho de 2015 a 30 de setembro 2015	497	7.858	1.460			
Total, 01 de janeiro de 2015 a 30 de setembro 2015				1.489	21.566	3.923

	30/09/2016						
		Saldos					
	Ativo		Passivo				
	Contas a			Fornecedores e			
	receber	AFAC	Mútuo	contas a pagar			
Controladora							
CCR S.A. (a) (b)	-	1.724	-	898			
Outras partes relacionadas							
CPC (c)	-	-	-	2.676			
Rodoanel Oeste (e) (f)	37	-	42.073	61			
Samm (g)	2.721	-	-	16			
SPVias (e)	1	-	-	-			
Serveng Cilvilsan (i)	<u> </u>	<u> </u>		1			
Total circulante, 30 de setembro de 2016	1.371	-	2.451	3.652			
Total não circulante, 30 de setembro de 2016	1.388	1.724	39.622				
Total, 30 de setembro de 2016	2.759	1.724	42.073	3.652			
Total, 31 de dezembro de 2015	57.681	1.724	40.594	2.188			

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
			(Reapresentado) (*)	(Reapresentado) (*)
Remuneração (h):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	428	1.279	376	1.076
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado			-	=
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	162	485	164	494
Complemento de PPR pago no ano	-	248	-	103
Previdência privada	24	68	22	59
Seguro de vida	1	3	2	4
	615	2.083	564	1.736

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	30/09/2016	31/12/2015	
Damunara aão dos administradores	624	012	
Remuneração dos administradores	024	813	

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- (f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subseqüente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10° dia do mês seguinte; e
- (h) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/09/201	6	
			T	rans fe rências	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.080	-	(7)	19	4.092
Máquinas e equipamentos	35.254	-	(156)	510	35.608
Veículos	10.837	-	(838)	478	10.477
Instalações e edificações	6.852	-	(1.695)	-	5.157
Equipamentos operacionais	73.917	-	(259)	5.414	79.072
Imobilizado em andamento	5.868	5.172		(8.625)	2.415
	136.808	5.172	(2.955)	(2.204)	136.821
	31/12/2014		30/09/201	5	
			T	rans fe rências	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Movimento em 2015	129.693	7.376	(4.169)	(1.963)	130.937

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 157 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 647 no período de nove meses em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,91% a.m. no período de nove meses de 2015.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual	31/12/2015		30/09/2	016	
	de depreciação				Trans fe rê ncias	
	%	Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
354		(2.200)	(2.52)	_		(2 < 4.6)
Móveis e utensílios	15	(2.396)	(253)	5	-	(2.644)
Máquinas e equipamentos	20	(18.973)	(2.518)	143	120	(21.228)
Veículos	23	(5.259)	(1.683)	817	-	(6.125)
Instalações e edificações	6	(2.041)	(20)	1.695	-	(366)
Equipamentos operacionais	25	(46.498)	(7.386)	176	(119)	(53.827)
		(75.167)	(11.860)	2.836	1	(84.190)
		31/12/2014		30/09/2	015	
					Trans fe rê ncias	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Movimento em 2015	1	(64.793)	(11.660)	3.952	(5)	(72.506)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2015	30/09/2016		09/2016	
				Transferências	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.403.287	42.874	_	1	1.446.162
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.012	_	_	2.201	14.213
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	_	_	-	1.557
Direito da concessão - ágio (c)	251.709			<u> </u>	251.709
	1.668.565	42.874	 -	2.202	1.713.641
	31/12/2014		30/	09/2015	
				Trans fe rências	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Saldo final
Movimento em 2015	1.582.519	50.497	(313)	1.963	1.634.666

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 6.750 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 8.226 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,91% a.m. no período de nove meses de 2015.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual	31/12/2015	30/09/2016			
	de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(532.530)	(68.309)	-	1	(600.838)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(8.375)	(1.435)	-	-	(9.810)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.328)	(21)	-	-	(1.349)
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	(118.049)	(11.866)			(129.915)
		(660.282)	(81.631)		1	(741.912)
		31/12/2014	4 30/09/2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2015		(562.725)	(70.785)	313	5	(633.192)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Do montante de R\$ 1.446.162, em 30 de setembro de 2016, R\$ 142.307 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

13. Empréstimos e financiamentos

	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/09/2016	31/12/2015
	Em moe da nacional				
	Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	97	185 (b)
	Em moeda estrangeira				
	Merril Lynch (a)	LIBOR $3M + 2,50\%$ a.a.	Outubro de 2017	99.336	115.001 (c)
1.	Bank of Tokyo (a)	LIBOR+2,10% a.a.	Janeiro de 2019	150.491	(d)
	Subtotal em moeda estrangeira			249.827	115.001
	Total geral			249.924	115.186
	Circulante			7.806	3.838
	Não circulante			242.118	111.348

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (b) Garantia real.
- (c) Não existem garantias.
- (d) Aval / Fiança Corporativa da CCR S/A

Cronograma de desembolsos (não circulante)

_	30/09/2016
2017	96.018
2019	146.100
_	242.118

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, ocorreram as seguintes operações:

1. Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.

Não há cláusulas restritivas.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2016	Vencimento final	30/09/2016	31/12/2015
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	95	Maio de 2017	133.993	267.672 (d)
5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	117	Setembro de 2017	116.596	203.921 (d)
5a. Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.334	526	Setembro de 2019	176.780	162.797 (d)
Total geral				738		427.369	634.390
Circulante							
Debêntures						260.277	306.218
Custo de transação						(488)	(923)
						259.789	305.295
Não Circulante							
Debêntures						167.831	329.660
Custo de transação						(250)	(565)
						167.581	329.095

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2016
2018	8.926
2019	158.905
	167.831

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2015			30/09/2016		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização Monetária	Pagame ntos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	668	1.178	(16)	552	(14)	2.368
Trabalhistas e previdenciários	1.565	1.708	(109)	(14)	(22)	3.128
	2.233	2.886	(125)	538	(36)	5.496
	31/12/2014			30/09/2015		
Movimento em 2015	4.128	739	(551)	(548)	259	4.027

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 754 e R\$ 300, respectivamente (R\$ 160 e R\$ 215 respectivamente em 30 de setembro de 2015).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/09/2016	31/12/2015
Cíveis e administrativos	10.813	8.120
Trabalhistas	1.327	969
	12.140	9.089

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 2.613 (R\$ 1.882 em 31 de dezembro de 2015).

16. Provisão de manutenção

	31/12/2015					
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferê ncias	Saldo Final
Circulante	9.089	5.837	1.395	(10.439)	1.174	7.056
Não circulante	35.073	12.248	2.769		(1.174)	48.916
	44.162	18.085	4.164	(10.439)		55.972
	31/12/2014			30/09/2015		
Circulante	1.188	220	81	(5.632)	18.426	14.283
Não circulante	29.357	12.995	2.482		(18.426)	26.408
	30.545	13.215	2.563	(5.632)		40.691

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação - básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Numerador				
Lucro líquido do período	74.811	205.672	78.812	218.984
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0.00510	0.01402	0.00537	0.01492
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0.00561	0.01542	0.00591	0.01641
Lucro por ação preferenciar - basico e diluido	0,00361	0,01342	0,00391	0,01041

b. Dividendos

Em 27 de janeiro de 2016, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 127.681 correspondentes a R\$ 8,700515864 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 9,57056745115 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015, pagos em 28 de janeiro de 2016.

Em 26 de abril de 2016, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 68.557 correspondentes a R\$ 4,67166187 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5,138828054 por lote de mil ações preferenciais, à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2015, pagos em 27 de abril de 2016.

18. Receitas

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas de pedágio	255.127	725.034	254.080	724.005
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	8.588	36.244	21.546	44.962
Receitas acessórias	3.633	10.614	3.400	10.008
Receita bruta	267.348	771.892	279.026	778.975
Impostos sobre receitas Abatimentos	(22.295)	(63.279)	(22.204)	(63.408) (1)
Deduções da receita bruta	(22.295)	(63.279)	(22.205)	(63.409)
Receita líquida	245.053	708.613	256.821	715.566

19. Resultado financeiro

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.896)	(54.210)	(24.653)	(74.044)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.536)	(4.164)	(968)	(2.563)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.480	6.907	3.673	8.873
Perda com operações de derivativos	(13.735)	(96.802)	(13.410)	(23.234)
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	(6.045)	(26.667)	(1.136)	(5.141)
Variação monetária sobre debêntures	(2.035)	(10.272)	(2.224)	(11.726)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(1.396)	(17.833)	-	-
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.480)	(4.280)	(1.460)	(3.923)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(514)	(1.704)	(222)	(511)
	(40.157)	(209.025)	(40.400)	(112.269)
Receitas financeiras		(a)		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	4.684	72.338	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.413	7.339	1.881	6.703
Ganho com operações de derivativos	7.447	22.026	8.876	20.924
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-	16.526	5.123	11.844
Juros e outras receitas financeiras	1.396	2.610	548	1.675
	14.940	120.839	16.428	41.146
Resultado financeiro	(25.217)	(88.186)	(23.972)	(71.123)

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 430.

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo finance iro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo finance iro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	39.307	-	-	56.637	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	127	-	-	122	-	-
Contas a receber	-	60.019	-	-	5.416	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.759	-	-	57.681	-
Contas a receber - operações de derivativos	33.666	-	-	26.163	-	-
Passivos						
Contas a pagar - operações de derivativos	(74.301)	-	-	(24.543)	-	-
Debêntures (a)	(176.780)	-	(250.589)	(162.797)	-	(471.593)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(97)	-	-	(185)
Empréstimos em moeda estrangeira	(249.827)	-	-	(115.001)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.778)	-	-	(30.007)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.652)	-	-	(2.188)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(42.073)	-	-	(40.594)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Obrigações com o poder concedente	<u> </u>		(1.253)			(1.281)
	(427.808)	62.778	(325.166)	(219.419)	63.097	(547.572)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

• Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados swaps trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (fair value option), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 246.507, conforme detalhado abaixo:

	Taxa contratual -	
Taxa contratual da dívida	Swap	Custo amortizado (a)
Libor de 3 meses + 2,50% a.a.	109,95% do CDI	98.003
Libor de 3 meses + 2,10% a.a.	117,50% do CDI	148.504
		246.507

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

• **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado** (*fair value option e hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados swaps trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (fair value option/hedge accounting), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 178.597, em 30 de setembro de 2016, conforme detalhado abaixo.

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
5a Emissão - Série 2	IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	178.597
			178.597

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

 Debêntures mensuradas ao custo amortizado: Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2	016	31/12/20	15
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	250.801	251.825	472.279	476.289

- (a) Valores brutos do custo de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras e conta reserva	39.434	56.759
Derivativos	(40.635)	1.620
Empréstimos em moeda estrangeira	(249.827)	(115.001)
Debêntures	(176.780)	(162.797)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratarou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

					Valor	es de Referên	Valores de Referência (Nocional) (1)	1)	Valor Justo	usto	Valores brutos contratados e liquidados	rrutos liquidados		Efeito Acumulado	umulado		Resultado	op
	Contraparte	Data de início Data de Contraparte dos contratos Vencimento	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira	angeira	Moeda Local	Local	Moeda Local	Local	Moe da Local Re ce bidos ((Pagos)	ocal Pagos)	Valores a receber/(recebidos)	s a æbidos)	Valores a pagar/(pagos)	ar/(pagos)	Ganho/(Perda) em resultado	da) em do
					30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016 31/12/2015	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016 30/09/2015		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016 31/12/2015	31/12/2015	30/09/2016 30/09/2015	0/09/2015
Posição ativa Posição passiva	BTG Pactual		16/09/2019 (2)	27/10/2014 16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI			75.000	75.000	88.653 (75.434)	81.799 (77.969)	(5.347)	(4.142)	16.892	9.512	(3.673)	(5.682)	4.042	(1.160)
Posição ativa Posição passiva	Merrill Lynch		16/09/2019 (2)	27/10/2014 16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 999%; do CD1			75.000	75.000	87.613	81.778	(5.345)	(4.141)	16.774	9.519	(3.671)	(5.674)	3.913	(1.150)
Posição ativa Posição passiva	Merrill Lynch		26/10/2017 (2)	26/10/2015 26/10/2017 (2) USD + Libor 3meses + 2,50% a.a. 109.95% do CDI	30.000	30.000	96.294	117.144	101.627	116.411	(9.896)			7.132	(20.977)	(13.187)	(17.686)	
Posição ativa Posição meciva		07/01/2016	07/01/2019	Bank of Tokyo 07/01/2016 07/01/2019 USD + Libor 3M + 2,10% a.a.	45.771	•	146.916	•	149.960		(11.933)				(45.980)		(57.913)	
TOTAL DAS (Uoral, das Operações em aberto em 30/09/2016	I ABERTO EN	1 30/09/2016	17. On 00 00.	•	,			(43.358)	1.620	(32.521)	(8.283)	33.666	26.163	(74.301)	(24.543)	(67.644)	(2.310)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final. 6

Os contratos possuem vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final. \mathfrak{S}

(4) O contrato possui vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	30/09/2016	30/09/2015
Riscos de juros	7.955	(2.310)
Riscos cambiais	(82.731)	
Total	(74.776)	(2.310)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

				Efeito	em R\$ no res	ultado
Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	98.003	_	(24.501)	(49.002)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(98.105)	-	24.526	49.052
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	148.504	-	(37.126)	(74.252)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(148.641)		37.160	74.320
Efeito de Ganho ou (Perda)					59	118
Moedas em 30/09/2016:						
	Dólar			3,2462	4,0578	4,8693

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito	em R\$ no res	ultado
Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	134.088	(12.924)	(16.077)	(19.201)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	116.712	(16.676)	(20.848)	(25.022)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	178.597	(27.003)	(31.247)	(35.490)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(178.457)	26.700	30.871	35.041
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.867	(21.126)	(26.404)	(31.680)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	98.003	(3.344)	(3.560)	(3.775)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.675	(18.558)	(23.231)	(27.917)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	(98.105)	3.500	3.753	4.007
Total do efeito de ganho ou (perda)				(69.431)	(86.743)	(104.037)
As taxas de juros consideradas foran	n: ⁽¹⁾					
	CDI	(2)		14,13%	17,66%	21,20%
	IPC-A			8,87%	11,08%	13,30%
	LIBOR 3 meses	(4)		0,8537%	1,0671%	1,2805%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:
 - Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil:
- (4) Refere-se à taxa Libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 30/09/2016; e
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 127 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2015), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

22. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor r	ominal	Valor p	resente
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Outorga fixa	98.531	135.655	95.009	128.469

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2016, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2016	17.388	17.247
2017	69.551	66.922
2018	11.592	10.840
	98.531	95.009

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 48.693 (sendo R\$ 23.620 em caixa e R\$ 25.073 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 45.721 no semestre findo em 30 de setembro de 2015, sendo R\$ 19.417 em caixa e R\$ 26.304 através de encontro de contas financeiras).

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.079, referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.987, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015).

b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	30/09/2016	31/12/2015
Compromisso de investimento	458.357	510.501

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Composição do Conselho de Administração

Ítalo Roppa Antônio Linhares da Cunha Arthur Piotto Filho Francisco de Assis Nunes Bulhões Leonardo Couto Vianna Paulo Yukio Fukuzaki Presidente Vice-Presidente Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura Diretor Presidente e de Relações com Investidores Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC n°1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Barueri/SP, 01 de novembro de 2016.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Barueri/SP, 01 de novembro de 2016.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR